

Detenção de funcionária do Ministério da Justiça com droga na Índia reforça “estatuto” de Moçambique como país de trânsito e consumo de droga com a protecção do Estado

- Indianos fizeram aquilo que a PGR não tem coragem de fazer em Moçambique, onde somente se lamenta a corrupção e a falta de integridade das instituições enquanto instrumentos usados pelo crime organizado para estender as suas teias na Polícia, nas Magistraturas, na advocacia e na política.



As autoridades indianas detiveram¹ em 8 de Janeiro passado uma cidadã moçambicana de nome Ana Massuanganhe, secretária particular do vice-ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Filimão Suaze, por posse de droga. Segundo o semanário “Evidências”, não são conhecidas as quantidades nem o tipo da droga encontrada na posse da funcionária do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJACR).

A informação da detenção já foi confirmada pela Ministra da Justiça, Helena Kida, que disse que estava à espera do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de novos desenvolvimentos sobre o processo.

“Não podemos conhecer quem é quem”, disse Helena Kida, citada pelo “Evidências”.

A detenção de Ana Massuanganhe com droga na Índia reforça o “estatuto” de Moçambique que é descrito em vários estudos como o país de trânsito e consumo da droga vinda maioritariamente da Ásia e da América Latina, com o envolvimento, na cadeia, de empresários e políticos ligados ao partido Frelimo que governa o país e controla o Estado.

Os indianos fizeram aquilo que as autoridades moçambicanas não têm coragem de fazer em Moçambique. O Ministério Público (MP) enquanto instituição que exerce a acção penal e dirige a instrução preparatória dos processos-crime, nos termos da alínea e), do artigo 4, da Lei Orgânica do MP, não faz nada para combater o tráfico de droga, sobretudo aquele que envolve os grandes barões.

Por exemplo, a Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili, que dirige o Ministério Público, uma instituição com o papel determinante no combate ao crime nas suas mais variadas formas, tem andado em queixas de vária ordem. No dia 1 de Fevereiro Beatriz Buchili usou o púlpito do Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, local que acolheu a cerimónia de abertura do Ano Judicial, para se queixar da corrupção e da falta de integridade das instituições enquanto instrumentos usados pelo crime organizado para estender as suas teias na Polícia, nas Magistraturas (Judicial, do Ministério Público, Judicial Administrativa, Fiscal e Aduaneira), na advocacia, na política², na economia e na sociedade, manipulando as agendas das instituições e comprometendo o Estado.

A pergunta que o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) fez, na altura, e faz agora, é: Se Beatriz Buchili sabe que há, por exemplo, o envolvimento de políticos no tráfico de drogas, por que não age? Não estará a própria procuradora a proteger os interesses dos políticos envolvidos no mundo do tráfico de drogas e só age quando convém?

Segundo apurámos, já há demarches para a extradição da nacional para Moçambique.

O CDD defende que a PGR deve parar de se lamentar e começar a agir, partindo do caso dessa nacional. É importante iniciar-se uma investigação para se saber qual é a origem da droga e como a funcionária do MJACR teve acesso à mesma, pois há suspeitas de que faça parte de uma rede maior de tráfico controlada por empresários e políticos. Tendo em atenção o facto de que o negócio da droga em Moçambique só prospera graças à protecção e/ou envolvimento do partido Frelimo ou de figuras ligadas a ele, está claro que há um sistema bem montado que lucra financeiramente com o tráfico de droga. A inércia da PGR no combate contra o tráfico de drogas cria, na sociedade, a percepção de que a PGR está a proteger esse sistema.

PGR não age para proteger os grandes barões

Em finais do mês de Novembro de 2022 o Serviço Nacional de Investigação Criminal da Zambézia apresentou, na cidade de Quelimane, dois funcionários do Estado detidos no Estabelecimento Penitenciário da Província da Zambézia por indícios de envolvimento no tráfico de drogas pesadas. Trata-se de um professor da Escola Secundária Bonifácio Gruveta, posto administrativo de Macuse, distrito de Namacurra, e de um tenente das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, afecto na Base Naval de Macuse. Na altura, por suspeitas de envolvimento no tráfico de drogas de algumas personalidades, incluindo um deputado da Assembleia da República (AR), eleito pelo círculo eleitoral da Zambézia, com assento na Comissão Permanente da Assembleia da República, e tendo em conta uma denúncia feita no Plenário da (AR) pelo deputado da Renamo, Venâncio Mondlane, constituiu-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguação³.

Sem grandes surpresas, numa sessão que decorreu à porta fechada, a CPI disse que não

havia evidência nenhuma que sustentasse as informações sobre o envolvimento de um deputado no tráfico de drogas na Zambézia. A PGR, que pode agir oficiosamente, fechou os olhos e tapou os ouvidos para este caso.

Entretanto, a PGR tem nas mãos um processo-crime⁴ movido por Caifadine Manasse, um deputado da Frelimo, contra 24 colegas seus, deputados da bancada da Frelimo pelo círculo eleitoral da Zambézia, por calúnia e difamação pelo facto de esses deputados terem acusado Manasse de ter sido ele quem tinha dito a Venâncio Mondlane que andava um barão na AR. Este processo está a correr e já foram ouvidas todas as partes.

O que impediu a PGR de investigar o barão da AR? Uma coisa é a PGR remeter um processo ao tribunal e o tribunal não se pronunciar. Mas o que sucede é que a PGR não está a agir.

No ano passado um destacado analista sul-africano disse que o tráfico de heroína para África do Sul florescia graças às facilidades dadas pela Frelimo⁵. Moeletsi Mbeki, vice-presidente do Instituto Sul-Africano de

Assuntos Internacionais (um “think tank” independente de políticas públicas baseado na Universidade de Witwatersrand) e irmão mais novo do antigo presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, considera o consumo de heroína “uma epidemia, especialmente entre os jovens negros nas cidades”.

No dia 1 de Junho de 2010 o então Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, designou Mohamed Bachir Suleman (MBS) “barão”⁶ de droga. É público que MBS é um dos principais financiadores das campanhas da Frelimo desde os tempos de Joaquim Chissano. Acredita-se que esse financiamento é uma forma de “massagear” o sistema para continuar a garantir protecção.

Um relatório da Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional, publicado em 2022, indica que na África Austral, os portos de Pemba e de Nacala estão entre os mais importantes no tráfico de droga. De acordo com esse relatório, os países do Leste e do Sul da África podem estar a receber mais drogas em relação à América Latina. O Gabinete das Nações Uni-

¹ <https://macua.blogs.com/files/evidencias-ed-146-20.02.2024.pdf>

² https://news-af.feednews.com/news/detail/6e7829dbb06bf145390b17ab40502911?news_entry_id=374a4e19240201pt_mz&news_id=6e7829dbb06bf145390b17ab40502911&country=mz&language=pt

³ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Frelimo-cria-Comissao-Parlamentar-de-Inquerito-para-lavar-a-imagem-do-deputado-barao-de-droga.pdf>

⁴ <https://www.rm.co.mz/caifadine-manasse-ouvido-pela-pgr-num-processo-crime-movido-contr-26-deputados-por-injuria-e-difamacao/>

⁵ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Destacado-analista-sul-africano-diz-que-trafico-de-heroína-para-Africa-do-Sul-floresce-gracias-as-facilidades-dadas-pela-Frelimo-1.pdf>

⁶ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Destacado-analista-sul-africano-diz-que-trafico-de-heroína-para-Africa-do-Sul-floresce-gracias-as-facilidades-dadas-pela-Frelimo-1.pdf>

das contra a Droga e o Crime alertou⁷, em 2019, que Moçambique se tornara num corredor de grandes volumes de substâncias ilícitas, principalmente heroína, e recomendou uma maior cooperação internacional para a prevenção.

A droga move milhões de dólares. São esses

dólares que financiam o partido Frelimo. Um estudo da autoria de Joseph Hanlon, intitulado "Heroína continua sendo uma das maiores exportações", indica que todos os anos são movimentados entre 10 e 40 toneladas de heroína, ou mesmo muito mais, através de Mo-

çambique, com um valor de exportação de 20 milhões de US\$ por tonelada. Segundo esse estudo de 2018, estima-se que pelo menos 2 milhões de US\$ por tonelada ficam em Moçambique, na forma de lucros, subornos e pagamentos a figuras seniores moçambicanas.

⁷ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Destacado-analista-sul-africano-diz-que-trafico-de-heroína-para-Africa-do-Sul-floresce-gracas-as-facilidades-dadas-pela-Frelimo-1.pdf>



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

